

Brasília-DF



CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA
carlosalexandre.df@dabr.com.br

Valorização da PF

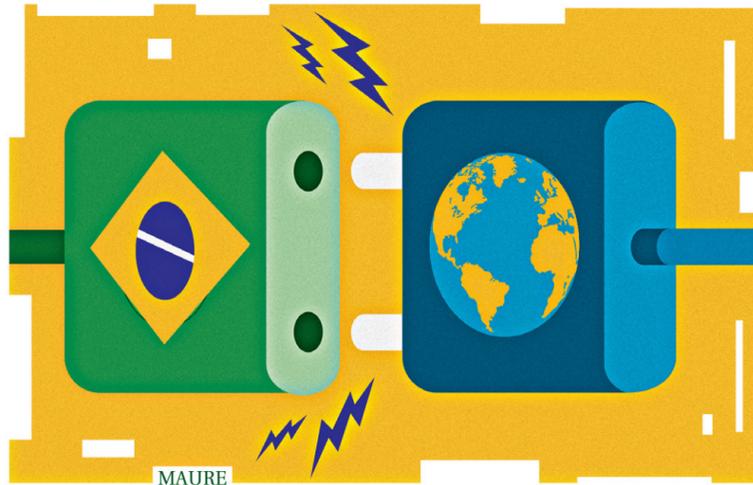
Três entidades de classe dos policiais federais estão empenhadas em uma campanha de valorização das categorias. A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF) se juntou à Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) e à Federação Nacional dos Policiais Federais (Fenapf), a fim de reivindicar uma reestruturação na carreira, bem como a equiparação de benefícios concedidos a categorias semelhantes. Atualmente, os policiais federais não têm plano de saúde.

Investimento

Luciano Leiro, presidente da ADPF, lembra que investir na Polícia Federal é fortalecer o combate à corrupção. A cada ano, a PF recupera R\$ 43 bilhões aos cofres públicos. Para cada R\$ 1 aplicado na PF, há um retorno de R\$ 5,3.

Mandato fixo

Leiro é favorável, ainda, a uma antiga reivindicação na Polícia Federal: a adoção de um mandato para o diretor-geral da instituição. A ideia seria buscar um modelo usado na Anvisa ou no Banco Central. Mas há dificuldades para a proposta avançar no Congresso. O mandato no comando da PF, na avaliação de Leiro, evitaria embates como o que aconteceu entre a corporação e o ex-ministro e presidiável Sergio Moro.



Bolsonaro faz aposta de risco com os EUA

No dia em que o presidente Vladimir Putin pôs o mundo sob tensão ao invadir a Ucrânia, o presidente Jair Bolsonaro teve uma posição firme contra a operação militar comandada por Moscou. O mutismo do chefe de Estado brasileiro contrasta com as duras palavras do vice-presidente Hamilton Mourão, que repudiou categoricamente o ataque russo, e impõe limites à nota do Itamaraty, a essa altura praticamente uma mensagem protocolar.

A postura de Jair Bolsonaro preocupa porque tem consequências diplomáticas com os Estados Unidos, país-chave na crise da Ucrânia. O presidente Joe Biden está cada vez mais pressionado a adotar medidas enérgicas contra a Rússia, mas enfrenta uma crise de popularidade. Trava batalhas domésticas, como inflação alta, embates no Congresso e insucessos no combate à pandemia de covid-19. Claramente desafiado

por Vladimir Putin, Biden precisa tomar decisões difíceis para conter o avanço das tropas russas e comandar uma resposta dura às violações internacionais cometidas pelo Kremlin.

Um desgaste para Joe Biden não seria ruim para Bolsonaro. O presidente brasileiro foi um dos últimos a reconhecer a vitória do democrata na eleição norte-americana. Bolsonaro, como se sabe, é simpatizante de primeira hora de Donald Trump. E não se sentiu constrangido, na semana passada, em dizer que Putin “busca a paz” no leste europeu.

A demora do presidente brasileiro em repudiar com veemência o ataque a Kiev, no entanto, é uma aposta de alto risco. Especialmente em momentos de tensão internacional, não convém provocar mais discórdias com um país tão estratégico para o Brasil como os Estados Unidos.

Em nome de Moïse

As comissões de Direitos Humanos do Senado e da Câmara divulgaram o relatório final da missão conjunta realizada no Rio de Janeiro relativa à morte do refugiado congolês Moïse Mugenyi Kabagambe. O documento cobra providências das autoridades locais e aponta soluções para a melhoria de políticas públicas destinadas aos migrantes e refugiados no país. Moïse, de 24 anos, morreu por espancamento em um quiosque da Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro.

Maluf na condicional

O ex-governador Paulo Maluf (foto) poderá cumprir pena em liberdade condicional pelas condenações por crimes como lavagem de dinheiro e falsidade ideológica. A decisão é do ministro Edson Fachin, do Supremo Tribunal Federal. Aos 90 anos, Maluf está internado no Hospital Vila Nova Star, na zona sul da capital paulista, após testar positivo para a covid-19. Fachin concluiu que, pelos critérios definidos em lei, o político está habilitado a pedir a progressão do regime.

Ed Alves/CB/D.A. Press



Janaina no PRTB

A deputada estadual Janaina Paschoal anunciou a filiação ao PRTB-SP. Paschoal garantiu a legenda para enfrentar a disputa para única vaga ao Senado pelo estado de São Paulo.

PODER

STF perto de avalizar Fundão

Julgamento na Corte tem placar de 5 x 1 a favor do fundo eleitoral de R\$ 4,9 bi. A análise deve ser retomada em 3 de março

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) está a um voto de manter o fundo eleitoral de R\$ 4,9 bilhões para as eleições de 2022, aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado. Ontem, após dois dias de julgamento, o placar da Corte chegou a 5 x 1 para rejeitar uma ação do partido Novo contra a aprovação do fundão.

Os votos foram dos ministros Nunes Marques, Alexandre de Moraes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso e do presidente da Corte, Luiz Fux. A única posição divergente até agora é do relator, André Mendonça, que defende a redução do valor para R\$ 2,1 bilhões, reajustado pela inflação. Faltam os votos de Dias Toffoli, Cármen Lúcia, Rosa Weber, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. A análise será retomada em 3 de março.

Nunes Marques entendeu que derrubar o valor aprovado pelo Congresso seria violar o princípio constitucional da separação dos Poderes. “A função de definir receitas e despesas do aparato estatal é uma das mais tradicionais e relevantes do Poder Legislativo, impondo-se ao Judiciário deferência institucional em relação ao debate parlamentar”, afirmou.

De acordo com ele, “embora enfrentemos uma crise sanitária e econômica sem precedentes, não se pode perder de horizonte os signos que caracterizam nosso Estado democrático de direito, no qual a separação harmônica dos poderes é cláusula inafastável”. “Ora, o controle da alegada má alocação dos recursos se dará nas urnas, oportunidade em que o financiamento público das campanhas voltará ao debate público.”

Fux, por sua vez, foi firme nas críticas ao valor elevado de recursos do orçamento da União destinados ao Fundo Eleitoral — maior cifra da história —, mas argumentou que a Corte não tem “capacidade constitucional” para deliberar sobre esse assunto, que seria de competência do Congresso. “O valor é alto, mas inconstitucionalidade aqui não há”, frisou.

O presidente do STF ainda reclamou que a Corte tem enfrentado problemas por lidar com a judicialização de questões políticas, como a formulação do Orçamento anual. Segundo o ministro, a ação em discussão seria um exemplo de partido que “mais uma vez, perde na arena política e traz o problema para o Supremo Tribunal Federal”.

Ao comentar os efeitos que a decisão de manter o Fundão de R\$ 4,9 bilhões traria ao STF, após dezenas de campanhas e manifestações públicas contrárias à lei aprovada pelo Congresso, Fux ressaltou que “cabe a quem votou essa iniciativa pagar o preço social, não nós do Supremo. Nós não votamos”.

Moraes também apresentou posicionamento semelhante ao de Fux e afirmou que o STF “não pode declarar (a lei) inconstitucional porque o valor é alto ou baixo”. Na avaliação do magistrado, a discussão também refere-se à judicialização de questões políticas.

“É uma bandeira do partido-autor não usar recursos do fundo eleitoral. Agora, o fato de não se utilizar não leva à conclusão de que aqueles que utilizam estão desviando de finalidade ou estão agindo de forma imoral, porque o atual sistema eleitoral brasileiro adota esse financiamento quase que 100% com dinheiro público”, sustentou. (Com Agência Estado)

Felipe Sampaio /SCO/STF



Fux na sessão por videoconferência: “O valor é alto, mas inconstitucionalidade aqui não há”

Mantido sigilo de Bolsonaro

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), anulou a quebra do sigilo telemático do presidente Jair Bolsonaro (PL) decretada pela CPI da Covid.

O magistrado confirmou a decisão liminar dada por ele em novembro de 2021 e suspendeu em definitivo a validade da medida. A devassa foi aprovada pela CPI antes do encerramento dos trabalhos e após o presidente divulgar informação falsa em sua live semanal associando a vacina contra a covid-19 ao risco de infecção pelo vírus da Aids.

No despacho, Moraes disse que os dados obtidos não poderiam ser aproveitados, já que a comissão acabou. “Não

se mostra razoável a adoção de medida que não comporta aproveitamento no procedimento pelo simples fato de seu encerramento simultâneo”, destacou. “Não se vê, portanto, utilidade na obtenção pela comissão parlamentar das informações e dos dados requisitados para fins de investigação ou instrução probatória já encerrada e que sequer poderão ser acessadas pelos seus membros.”

Inquérito

Além disso, na avaliação do ministro, a declaração falsa do presidente não está diretamente relacionada ao objeto da investigação parlamentar e, para

se debruçar sobre o tema, os senadores precisariam ter ampliado o escopo de atuação da CPI.

Moraes observou que a Procuradoria-Geral da República (PGR) tem meios próprios para acessar os dados caso julgue necessário. A fala do presidente já é objeto de inquérito no STF.

A cúpula da CPI da Covid chegou a entrar com um recurso para tentar derrubar a liminar de Moraes. A comissão argumentou que o requerimento foi aprovado quando as investigações ainda estavam em curso e que a medida “integra-se organicamente” ao relatório final produzido pelos senadores. O documento sugere o indiciamento do presidente por nove crimes.



Cabe a quem votou essa iniciativa pagar o preço social, não nós do Supremo. Nós não votamos!”

Luiz Fux,
presidente do STF

» Aumenta adesão à paralisação em Minas Gerais

No quarto dia de paralisação dos agentes estaduais de segurança pública de Minas Gerais, a guarda municipal de Belo Horizonte aprovou, ontem, em assembleia, a adoção de “operação-padrão” nos procedimentos regulares. Com isso, o movimento que tem causado desgaste ao governo de Romeu Zema (Novo), pré-candidato à reeleição, se estendeu ao prefeito Alexandre Kalil (PSD) — cujo objetivo é concorrer ao Palácio Tiradentes em outubro. A decisão foi tomada na assembleia que reuniu cerca de mil guardas municipais, segundo os organizadores.